

A REPÚBLICA (Politeia) DE PLATÃO – núcleo político do diálogo

Autor: Sávio Laet de Barros Campos. Bacharel-Licenciado, especialista e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Segue uma espécie de glosa da intervenção de Francesco Fronterotta sobre a *República* de Platão. Atenho-me ao núcleo político do diálogo. Nada substitui a leitura do texto.

O diálogo é composto de dez livros. O primeiro livro introduz o tema que será o fio condutor de toda a obra, a saber, o da justiça. Este tema, no primeiro livro, é abordado do ponto de vista da psicologia individual, isto é, que coisa significa para um indivíduo comportar-se justamente. No livro segundo, o tema da justiça passa do plano psicológico individual ao plano político, porque se pensa que, partindo da cidade (pólis), que é um organismo maior, se possa compreender melhor o que é a justiça. O livro terceiro prossegue nesta linha, tentando individuar quais são as condições de uma cidade justa (kallípolis), vale dizer, qual deve ser a sua estrutura institucional, quais devem ser os seus meios de produção e qual o estilo de vida que esta cidade deve ter: se deve viver em paz ou em guerra, se deve manter ou não comércio com outras cidades. A virada no diálogo se dá a partir do quarto livro, porque é aqui que se estabelece a analogia fundante do pensamento político de Platão entre o âmbito psicológico individual e o âmbito da cidade. A ideia de base é que a alma do indivíduo funciona, é estruturada e se comporta do mesmo modo como se comporta a cidade na articulação dos diversos grupos de cidadãos que a povoam. É neste nível que a justiça pode ser finalmente definida como: fazer as coisas próprias. A ideia é a de que cada um possui determinada competência e deve, pois, cumprir esta tarefa que, por natureza, é a sua. Ora, a justiça de qualquer todo consiste essencialmente no equilíbrio que é determinado pelo fato de que cada parte deste todo cumpra determinada tarefa e não outra, bem como não pretenda ocupar papéis e funções que pertençam às outras partes do todo. Nos livros quinto, sexto e sétimo são examinadas pelo Sócrates platônico (desafiado por seus interlocutores) as condições de realização desta cidade justa. Ora, a condição de realização da cidade justa depende, segundo o que diz o Sócrates platônico, da comunhão de bens e da procriação, mas, sobretudo, do governo dos filósofos. Os livros sexto e sétimo explicam por que os filósofos devem governar a cidade justa. Fundamentalmente isto se deve ao fato de que eles possuem um saber que se constitui de modo tal que os diferencia de qualquer outro cidadão. Os livros sexto e sétimo também examinam o estatuto epistemológico e ontológico do saber dos filósofos, vale dizer, qual saber seja e qual o objeto deste saber, além de examinarem o currículo formativo, ou seja, a *paideia* ou *educação* que deve ser comunicada aos filósofos para que possam tornar-se efetivamente governantes da cidade. No livro oitavo são analisadas as formas de degeneração da cidade justa. Platão adverte que mesmo a cidade justa está sujeita a formas de degeneração, porque está situada no devir incessante da história. Estas formas de degeneração estão relacionadas com as formas de governo. As formas de degeneração são: a timocracia, a oligarquia, a democracia e a tirania. No livro nono, retornamos ao plano psicológico individual. Neste livro, Platão afirma que o justo é mais feliz do que o injusto neste mundo e no noutro. O

livro décimo procura distinguir o saber do filósofo das outras formas de saber, mostrando que o saber do filósofo é superior aos outros porque voltado para objetos mais eminentes. O diálogo termina com a narrativa da vida da alma depois da morte do corpo.

Em que sentido a *República* é propriamente um diálogo político? Para Platão, a sua cidade (Atenas) está doente e o sintoma mais violento e evidente desta doença é o conflito (stásis). Esta cidade pode ser curada sob a condição de que se individue (diagnōsis) qual o remédio para o seu mal. E este remédio é o exercício da justiça entendido como a busca de equilíbrio entre os diversos grupos sociais que compõem a cidade. Este equilíbrio deve ser submetido a um rígido controle, a fim de que não seja subvertido. O princípio deste equilíbrio está no fato de que, por natureza, cada grupo social que compõe a cidade possui uma tarefa, a qual não pode ser derogada. Em termos concretos, este princípio de equilíbrio se perfaz quando um grupo restrito de sábios, isto é, de filósofos, assumem o controle da cidade, exercendo sobre ela um governo racional. A este grupo mais restrito se junta outro mais numeroso, qual seja, o dos guardiões que cuidam da segurança interna e externa da cidade. O governo dos filósofos é segundo a razão; os guardiões devem exercer sua função de acordo com o seu ânimo irascível. O terceiro grupo e o mais numeroso é o dos produtores, que são aqueles que se dedicam à produção, comércio e acúmulo de riquezas. Estes devem agir de acordo com a faculdade concupiscível. Eles são necessários, desde que se mantenham rigidamente submissos ao governo dos filósofos e ao controle dos guardiões.

Resta saber quais são as condições necessárias para que essa cidade justa possa se realizar efetivamente na história. (Livro V). Para os dois primeiros grupos superiores (filósofos e guardiões), importa a todo custo extirpar (deles) qualquer fonte de inclinação pessoal ou individual tanto na tarefa de governar do filósofo quanto na de controlar dos guardiões. Quais são as atitudes individuais que Platão considera mais perigosas? De um lado, aquelas referentes ao interesse econômico. Daí a necessidade de os filósofos e guardiões colocarem em comum os bens. D'outro lado, as inclinações de caráter afetivo. Donde a necessidade de os filósofos e guardiões colocarem em comum a esfera afetiva ou de procriação (os filhos). Platão adverte por fim que, mesmo com toda esta cautela, a cidade justa continua sujeita a formas de degeneração, porque permanece situada no devir incessante da história.

Para maior aprofundamento, sobretudo no que toca às interpretações contemporâneas do núcleo político do diálogo e à psicologia de Platão, vide, além da obra, Francesco Fronterotta, titular da cátedra de *História da Filosofia antiga* junto à Universidade “La Sapienza” de Roma, que descreve no vídeo abaixo (*La Repubblica di Platone*) os conceitos fundamentais contidos na *República* de Platão:

<https://www.youtube.com/watch?v=rDAsu4UA37Y>